

Editorial

Realismo salarial e crise social

No tocante aos números-chave das respectivas plataformas reivindicativas, a reentrada da época 2010/2011 está realizada pelas grandes frentes sindicais, nomeadamente, na função pública. A tendência dos valores apresentados como propostas iniciais é o de uma dose acrescida de realismo. É certo que a CGTP reafirma a linha de reforço do poder de compra dos trabalhadores como alavanca essencial para a saída da crise, a aproximação ao nível de vida da Europa central e a recuperação das perdas de poder de compra sofridas na última década.

Ao voltar a apresentar esta fundamentação, a Intersindical renova a minimização do impacto da crise conjuntural na estrutura de custos das empresas e da redução da sua solidez financeira. E ignora-o, por maioria de razão, quanto aos estrangimentos orçamentais do Estado. Mas chegar a uma proposta de actualização salarial de 3,5%, para quem mantém o propósito de recuperar 8% de poder de compra perdido, desde o ano 2000, é, implicitamente, reconhecer, pelo menos, que os tempos actuais tornariam valores superiores caricatos aos olhos dos próprios trabalhadores.

O STE, com outros cinco sindicatos, volta a antecipar-se à UGT, no espaço negocial da função pública. A proposta de 2%, colada à previsão da inflação para 2011, permitiria aos funcionários do Estado marcar passo, sem perder poder de compra real. Para mais, ela ecoa a posição da ministra do Trabalho, Helena André, rapidamente retirada, por extemporânea, no dia em que foi publicada no DN. E, ainda por cima, esses 2% mantêm-se ao nível actual dos aumentos salariais acordados em convenções colectivas no sector privado.